

Pagam os justos pelos pecadores

De amigável, o Benfica-Flamengo, de sábado, no Algarve, só teve o nome. Aos 20 minutos, Emerson Royal atropelou Jaden Umeh. O irlandês de 18 anos ainda aguentou até à pausa de hidratação, mas saiu a coxear - lesão muscular grave, três meses de paragem, no mínimo. Emerson Royal acabou o jogo sem ver um único cartão. Entrou Prestianni e começou a caça: insultos das bancadas, provocações e entradas sucessivas, como a de Pulgar aos 39', que pôs os bancos em confronto. Wallace Yan, depois de marcar, ainda foi dançar 'à Vinícius' para cima do argentino, que respondeu como devia - com frieza e futebol, até o poste lhe negar o empate no último minuto. Catorze faltas do Flamengo, quatro amarelos, vermelhos nenhuns. Samuel Lino nem disfarçou: "Já entrámos com jogo duro e é assim que é o Flamengo." Perdemos (1-2), mas o resultado foi o menos. Compreendo a leniência própria dos jogos de preparação - ninguém quer expulsões em julho. Mas leniência com violência não é gestão de jogo, é cumplicidade. Fábio Veríssimo pactuou com tudo e, nisso, foi fiel ao padrão da arbitragem portuguesa: o critério evapora-se exatamente quando é preciso coragem. Vezes sem conta, vezes sem fim.

A semana trouxe outro castigo, este aos inocentes: a Relação de Lisboa confirmou a sanção da APCVD pela pirotecnia de 2022/23 - 150 mil euros e a primeira jornada, com o Académico de Viseu, à porta fechada. Três notas. Primeira: o castigo coletivo - punir todos pelos crimes de alguns - é proibido até pelas Convenções de Genebra. Quem deflagra pirotecnia tem nome e cara: identifique-se e responsabilize-se. Eu, como tantos sócios que gastam milhares de euros em lugares anuais para a família, não devo ser privado de ver a minha equipa por atos de terceiros. Segunda: a honestidade obriga a ler o acórdão. A PSP pediu reforço das revistas: o clube invocou "dificuldades logísticas" e manteve revistas aleatórias no Piso 3, para onde migravam os adeptos que fugiam ao controlo; e uma lona autorizada para um fim serviu para ocultar quem deflagrava. O tribunal não viu ali azar, viu indiferença. A responsabilidade do promotor está documentada e tem de ser assumida - a começar pela prevenção, não pela retórica. Terceira: é surreal que um clube que gasta fortunas em advogados internos e externos deixe expirar o prazo da arguição de nulidade - por quatro dias - com a desculpa de que um dos vários mandatários adoeceu. A Relação respondeu com o óbvio: havia mais advogados. Seria importante que isto fosse explicado.

Numa só semana, pagaram Umeh e Prestianni pela violência alheia que o árbitro branqueou; e pagaremos nós, nas bancadas vazias de agosto, pela pirotecnia de uns quantos. Os justos pelos pecadores, como sempre.